

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.836, DE 2019

Institui a campanha janeiro branco, dedicada à promoção da saúde mental.

Autor: Deputado ASSIS CARVALHO

Relator: Deputado ALENCAR SANTANA
BRAGA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.836, de 2019, visa a instituir campanha janeiro branco, dedicada à promoção da saúde mental.

Conforme o art. 2º da proposição, “Nos meses de janeiro serão realizadas campanhas nacionais de conscientização da população sobre a saúde mental, que abordarão a promoção de hábitos e ambientes saudáveis e a prevenção de doenças psiquiátricas, com enfoque especial à prevenção da dependência química e do suicídio. ”

O Deputado Assis Carvalho, autor da proposição, lembra que ela foi apresentada, originariamente, pela Deputada Rosinha da Adefal, chegando mesmo a ser aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família em agosto de 2018.

Todavia, arquivado o projeto e não sendo a Deputada Rosinha da Adefal reeleita, não foi possível desarquivar a proposição. Essa é a razão da reapresentação da matéria, inclusive com o aproveitamento da justificativa original, onde se pode ler o seguinte:

“Segundo a Organização Mundial da Saúde, saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade. Nesse contexto, a abordagem do tema deve ser sempre no sentido de promover hábitos e ambientes saudáveis, favorecendo a qualidade de vida de nossa população”.

Adiante:

“No entanto, não pode ser negligenciado o enfrentamento das doenças psiquiátricas, que acometem tantos brasileiros. É necessário desenvolver estruturas de atenção à saúde mental e informar nossa população sobre tais estruturas e como acessá-las. Mas também é fundamental esclarecer os benefícios da manutenção do paciente em seu meio, reservando eventuais internações apenas para situações específicas, em que realmente sejam imprescindíveis”.

E mais adiante:

“Além disso, questões nevrálgicas devem ser apontadas de forma objetiva, fornecendo dados para que as famílias possam detectar precocemente possíveis indícios de alterações de maior gravidade. A dependência química e o suicídio são exemplos claros de situações críticas que podem, em muitos casos, com uma abordagem correta, ser evitados”.

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, sem emendas, a proposição, na forma do parecer da Deputada Telma Nelma.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das proposições, na forma do art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A União tem competência, a qual é dividida concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre defesa da saúde na forma do art. 24, XII, da Constituição da República. A matéria se insere nas atribuições normativas do Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, do Diploma Maior. O projeto é, assim, constitucional.

No que toca à juridicidade, observa-se que a matéria em nenhum momento atropela os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. Eis por que é jurídica.

No que concerne à técnica legislativa e à redação, conclui-se que se observaram na feitura da proposição as imposições da Lei Complementar nº 95, de 1998. Ela é, desse modo, de boa técnica.

Haja vista o que se acaba de expor, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.836, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado ALENCAR SANTANA BRAGA
Relator